

TRADUZINDO O INDIGENISMO DO BRASIL

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA
Museu Nacional/UFRJ

Indigenism, de Alcida Rita Ramos, apresenta ao público leitor internacional uma introdução densa, rica e (auto)reflexiva a alguns dos aspectos essenciais da relação entre imaginação nacional, estruturas de poder, Estado e povos indígenas no Brasil*.

O livro é um produto exemplar de uma experiência de formação e prática profissional, construídos ao longo do curso de um mestrado, de um doutorado, de períodos pós-doutorais, do exercício da atividade didática e de inserção em associações e conselhos de periódicos especializados da área da Antropologia, no Brasil e no exterior, sobretudo, nos Estados Unidos¹.

* RAMOS, Alcida Rita. 1998. *Indigenism: Ethnic politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press. 326 p.

1. O termo experiência está aqui utilizado no sentido de Edward M. Bruner: "By experience we mean not just sense data, cognition, or, in Dilthey's phrase, 'the diluted juice of reason', but also feelings and expectations. As Fernandez points out, experience comes to us not just verbally but also in images and impressions. As social scientists we have long given too much weight to verbalizations at the expense of visualizations, to language at the expense of images. Lived experience, then, as thought and desire, as word and image, is the primary reality.

Experience, in our perspective, is not equivalent to the more familiar concept of behavior. The latter implies an outside observer describing someone else's actions, as if one were an audience to an event; it also implies a standardized routine that one simply goes through. An experience is more personal, as it refers to an active self, to a human being who not only engages in but shapes an action. We can have an experience but we cannot have a behavior; we describe the behavior of others but we characterize our own experience. It is not customary to say, 'Let me tell you about my behavior'; rather, we tell about experiences, which include not only actions and feelings but also reflections about those

O resultado é um texto instigante e instrutivo, apaixonado, construído com o suporte da erudição de Alcida Ramos quanto aos “clássicos” e contemporâneos de nossa disciplina, que surgem citados com frequência (de Mauss e Lévi-Strauss a Herzfeld e Sahlins), pontuando um notável trabalho de (re)interpretação a partir de um dos elementos constitutivos de sua trajetória profissional e pessoal: o do *commitment*, do engajamento, no mundo do indigenismo, integrante inseparável de sua experiência etnográfica e existencial². Isto é feito tendo por base, sobretudo, um conjunto de autores que se convencionou chamar de pós-modernos (mas não só estes), e a análise retórica de textos é um ponto forte, referida a um amplo leque de posições de que Ramos se serve dialogicamente, mais que de modo instrumental. O resultado dá ao leitor estrangeiro uma visão ampla das singularidades do “problema indígena” no Brasil e, por tabela, do fazer antropológico em nosso país — a “Ethnology Brazilian Style”, como ela mesma já o chamou (Ramos 1990) — citando, resumindo, discutindo, ampliando e divulgando, traduzindo, enfim, o trabalho de seus colegas brasileiros, além de debater aspectos presentes em textos oriundos de outros estilos nacionais de fazer antropológico. Tudo isso com uma pitada de saudável ironia.

Dividido em três partes e dez capítulos³ — cinco dos quais publicados de diferentes maneiras em momentos anteriores, no Brasil e no estrangeiro,

actions and feelings. The distinguishing criterion is that the communication of experience tends to be self-referential” (Bruner 1986a: 4-5). Para uma consulta ao *Curriculum Lattes* de Alcida Ramos, ver http://genos.cnpq.br:12010/dwllattes/owa/prc_imp_cv_int?f_cod=K4787916Y2, onde podemos obter alguns índices sobre elementos de sua trajetória, de certo muito mais ampla, singular e irregistrável.

2. “The entire book is the result of my personal commitment in the realm of Indigenism. It is based on lived experience, and its flavor is definitely anthropological, even if the writing style departs from the familiar canon expected from a social scientist. I have drawn heavily on textual materials, but the thrust of all the chapters springs directly from nearly thirty years of being exposed to the problems of Indian-white relations. Even my first prolonged field experience with the Yanomami in 1968-1970, geared toward basic ethnographic research, was pervaded by political concerns involving protection of land rights and critical appraisals of missionary action” (Ramos 1998: 8-9).
3. Respectivamente, partes: “Setting the Stage”; “Speaking to the Whiteman”; “Speaking through the Indians”; e capítulos: “Keywords for prejudice”; “The paradise that never was”; “The Indian against the State”; “Indian voices”; “Seduced and abandoned”; “The specter of nations within the nation”; “Development does not rhyme with Indian, does it”; “No man’s land, everybody’s business”; “Legal weapons of conquest”; “The hyperreal Indian”. Para a composição do livro ver nas páginas 7 e 8, a seção “Reading this book”,

precedidos por uma introdução em que situa sua visão do indigenismo a partir de uma leitura instrumental de *Orientalismo*, de Edward W. Said (1990) —, *Indigenism* oferece aos seus destinatários a possibilidade (confirmada ao longo da leitura) de ser abordado a partir de qualquer dos seus dez ensaios/capítulos, permitindo ao seu leitor participar ativamente de seu(s) enfoque(s) dos problemas enfrentados. Ao longo dos dez capítulos-ensaios, pelo efeito da repetição de muitos eventos, atores, temas e perspectivas, o livro fornece ao leitor distanciado, seja no tempo, seja por suas referências sócio-culturais, um panorama abrangente do período dos anos 1970 até meados dos anos 1990, acerca do cenário político brasileiro no que tange aos aspectos que atingiram os povos indígenas. O mundo social e simbólico das relações entre “índios” e “brancos” no Brasil, do qual os primeiros seriam para os segundos o Outro privilegiado e exemplar por excelência, segundo a visão da autora, pode ser olhado de diferentes ângulos e abordado com diferentes intenções, através, aparentemente, de um mesmo material. Para tanto, Alcida Ramos reinterpreta trabalhos de outros autores, utiliza-se de documentos oficiais de época, de matérias de jornal e, sobretudo, em particular na parte III, usa de maneira extensa o material publicado no *Aconteceu: Povos Indígenas no Brasil*, produzido pelo programa homônimo, do extinto Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), refundido no atual Instituto Socioambiental (ISA)⁴.

Ramos parte, para tanto, de um dado que tem intrigado os etnólogos que se propõem a pensar para além de sua “aldeia” específica, realidade ou metáfora que seja, colocando a seu leitor, logo de saída: “The question that prompted me to write this book is why Brazilian Indians, being so few,

onde a autora — fato raro entre autores que se propõem tarefa semelhante — situa seu leitor nas alterações feitas nos textos publicados de modo a que integrassem o livro.

4. A importância da atuação dessa ONG é dado inquestionável em todos os últimos 25 anos de ações, governamentais ou não, para as e das populações indígenas no Brasil, assim como na própria Etnologia brasileira, sendo partícipe direta ou indireta em tomadas de posição variadas em “tudo que tem a ver com índio” no período. O *Povos Indígenas no Brasil* (comumente chamado nos anos 80 de *Aconteceu*) compila material da mais alta importância para o entendimento do que, na definição de Ramos, se chama de indigenismo, operando um conjunto de inclusões e exclusões, indispensável a toda publicação que tenha o formato que este apresenta. Pede hoje, em si mesmo, um estudo aprofundado, inclusive pelo papel referencial que adquiriu e mantém.

have such a prominent place in the national consciousness” (Ramos 1998: 3). Após confrontar as diferenças entre as representações dos indígenas na imaginação social do Brasil e na de outros países da América Latina (a Argentina em especial), ou dos Estados Unidos e da Austrália (contextos/atores que também ressurgirão ao longo dos ensaios), o leitor é introduzido à especificidade brasileira e, fixando na mente que o termo *índio* fora positivado, em termos retóricos, pelo “movimento indígena” dos anos 1970/1980, poderá aprofundar-se no jogo de espelhos da “consciência nacional comum brasileira”:

The force field generated in the interethnic realm creates a conceptual and practical reality that is perhaps uncommon outside Brazil. Indigenism is a political phenomenon in the broadest sense of the term. It is not limited to policy making by a state or private concern or to putting indigenist policies into practice [...] What the media write and broadcast, novelists create, missionaries reveal, human rights activists defend, anthropologists analyze, and Indians deny or corroborate about *the* Indian contributes to an ideological edifice that takes the “Indian issue” as its building block. Lurking behind the images of *the* Indian composed of this kaleidoscopic assortment of viewpoints is always the likeness — or, more appropriately, unlikeness — of *the* Brazilian. Indian as mirror, most often inverted, is, as we shall see in the pages that follow, a recurrent metaphor in the interethnic field. In other words, Indigenism is to Brazil what Orientalism is to the West [: 6].

Há, todavia, diferenças na proposta de definição de Ramos face à de Said:

Indigenism diverges from Orientalism in at least one important way, namely, the participation of the Indians in the construction of Indigenism. In the case of Brazil, Indians and Brazilians are part of one nation in the sense that they live in temporal and spatial contiguity, the laws, attitudes, and actions that set them apart notwithstanding. For this reason, if for no other, the Indians are equally agents in the country’s indigenist project, no matter how constrained their agency may be. [...] In short, in my conception Indigenism amounts to an elaborate ideological construct about otherness and sameness in the context of ethnicity and nationality. Within this vast symbolic and practical field one finds many ways in which Indigenism is manifested. It can take the shape of regional prejudice, urban commiseration, state control, anthropological curiosity, religious commitment, sensationalism in the media, or indigenous verbal, written, or gestural discourses. Every one of these manifestations is like a brick laid in the process of building an edifice of ideas and actions that lodges some of the most revealing aspects of

Brazilian nationality. What follows is dedicated to opening a few doors to this edifice; I hope it will let itself be fully disclosed by the time we get to the conclusion [: 6-7].

A *agency* do “movimento indígena” e sua co-participação no mundo do Indigenismo é, pois, um dado que perpassa todo o livro, na leitura de Ramos do cenário indigenista como por ela concebido, estabelecendo o seu marco analítico diferencial frente a outros esforços de estudo do indigenismo ou à leitura de Said sobre o Orientalismo⁵.

Assim, com a proposta de investigar simultânea e contrastivamente a formação de imagens dos povos indígenas, e a de um Brasil e dos brasileiros, isto é, uma forma de consciência nacional e seu Outro constitutivo e constituinte, o livro introduz seu leitor a algumas representações sobre os nativos das Américas (“Child”; “Heathen”; “Nomad”; “Primitive”; “Savage” — seções do capítulo 1) que, se reportáveis aos alvares da presença portuguesa e à reflexão que a conquista do continente geraria, em particular no contexto ibérico, reincidem em numerosos eventos atuais. Alcida Ramos vai, assim, enunciando os conjuntos de entrelaçamentos temáticos presentes a múltiplos eventos, desde a carta de Caminha até o episódio Payakan. Recorre, para tanto, desde ao sentido dicionarizado dos termos até à crítica de análises antropológicas dos “primitivos”, remetendo o olhar ao passado do mundo europeu diante da alteridade, no jogo de múltiplos espelhos que torna possível diferenciar o “índio” do “branco”, e o Brasil de outros contextos histórico-sociais. De cada termo (ou índices de certos tropos) desdobram-se múltiplas implicações e assim chega-se ao capítulo seguinte, em que estas imagens estão presentes (e serão revisitadas em outros pontos do livro), mas na condição de pontos de partida para a intervenção civilizatória, zonas de entrecruzamento entre a *retórica edênica* e o *discurso civilizador* (: 73).

5. De fato, o *orientalismo* como Said o concebe tem uma definição e marcos metodológicos para sua construção sistematicamente construídos (1990: 14-15 e 27-36, por exemplo), limitando cronológica e geograficamente o âmbito da pesquisa apresentada no livro. Em Souza Lima (1995: 14-18), encontra-se uma consideração do que seria trabalhar com indigenismo por homologia à proposição de Edward Said. Em Souza Lima 2000 encontra-se a recuperação do itinerário histórico da noção de indigenismo do contexto mexicano ao brasileiro. É interessante, ainda, evocar as reflexões contidas em Carrier 1995.

O texto percorre os autores ditos “nativistas” do século XVIII, o indianismo romântico do XIX, cronistas do Brasil colonial, a retórica ambientalista, a defesa do “índio nu como índio bom”, Américo Vespúcio, Cândido Rondon, o projeto Rangel Reis de emancipação do índio, representações eclesiásticas, ziguezagueando no tempo ao redor de certos eixos temáticos, de imagens, de personagens (Álvaro Tukano, Mário Juruna, etc), dentre eles, o da ausência de voz indígena, nestes dois registros discursivos, e o da intangibilidade de um projeto civilizador.

Neither the Edenic nor the civilizing discourse has any concern for what the Indians might be on their own or might say about projected images of themselves.

[...]

As unintelligible, literally or ideologically, the Indian's voice is more easily disposed of for being a spurious human expression. It is thus possible to speak for Indians, to dictate what is best for them, and the best for them is to do as brancos say. Because the dominant society is not a monolith, the colonization of the Indian's worldview takes the shape of the specific colonizer, giving rise to the church Indian, the army Indian, the Indian service Indian, and, more recently, the nongovernmental Indian (see Chapter 10). Thus gagged, Indians are then judged to be naive or pure, ignorant or innocent, treacherous or defenseless, depending on one's inclination toward Edenism or civilizationism [: 83 e 84].

O capítulo 3 traz uma discussão sobre os limites entre as questões abrangidas pelas noções de etnicidade, cidadania e universalismo, pensadas como um diálogo entre quatro vozes, sendo o indigenismo a quarta. Fornece um breve panorama da discussão antropológica da relação entre os três primeiros termos e algo da reflexão de pensadores brasileiros sobre a relação entre tais idéias, para orbitar em torno dos eventos ocorridos quando da organização do Quarto Tribunal Russell, reunido em novembro de 1980, em Rotterdam, para julgar a quebra de direitos humanos no caso dos Nambiquara, Yanomami e índios do Rio Negro. O convite feito a Mário Juruna, um expoente indígena de grande visibilidade na época, e a conseqüente recusa da FUNAI em lhe emitir um passaporte, a contenda jurídica que se seguiu e a inesperada presença no Tribunal Russell de Álvaro Sampaio, Tukano, denunciando os Salesianos, são alguns dos elementos discutidos. Aqui, mais uma vez, além de conclusões específicas quanto ao caso abordado e observações de maior generalidade, uma tônica do texto surge ressaltada

da: o papel desafiador do indigenismo àqueles antropólogos que se engajam na pesquisa etnológica.

When Indians seize NGO's humanistic guidelines and set in motion their own ethnic resources as political instruments, they are mixing levels and dimensions in a way that few Brazilians would imagine or dare do. By proceeding in this manner, the Indians steer anthropologists toward an exercise of distancing by means of which we learn to regard what seems fixed as moving, or, to put it another way, to avoid congealing what is actually fluid. Interethnic Indians lead us to relativize concepts that, because they are ideologically laden, have come to be crystallized as unimpeachable precepts. This returns us to the initial discussion of the absolutism of universalism and relativism. Oblivious to the weight of such crystallization, the Indians are free to improvise, invent or experiment with notions that for them are no more than tools to be used according to specific circumstances. If in their demands it is useful to evoke the distinctively ethnic, the nationally local, and the generally universal all at once, why not? They have no special allegiance to any ideological standpoint propounded by non-Indians [117-118].

Esta dimensão também estará contemplada no capítulo 4, *Indian voices*, no qual, a partir de discursos de Augusto Paulino, Krenak, na Comissão Pró-Índio de São Paulo, do mesmo Álvaro Sampaio e de Marcos Terena, na Ordem dos Advogados do Brasil, todos emitidos em reuniões e posteriormente publicados, Alcida Ramos se indaga, dentre outras coisas, sobre as transformações entre o oral e o escrito, seu sentido político no campo de uma indianidade interétnica, considerando as alterações ainda maiores sofridas pela tradução ao inglês, para pensar nos índices encontráveis do surgimento de certas modalidades discursivas, registros comuns a certas posturas assumidas por índios quando atuando referenciados pelo indigenismo. A partir daí, Ramos nos remete a conjuntos simbólicos do mundo da interetnicidade, figuras de uma retórica de contato, e à construção do *índio interétnico*, novamente, indagando-se sobre os limites da autoridade etnográfica em contextos de crescente presença indígena, apresentando-nos alguns dos dilemas de uma antropologia no mundo contemporâneo:

Texts such as these can be the starting point for ethnographic encounters sufficiently dense as to reveal the intricacies inherent in the process of forging an interethnic being. But in addition to opening a door to the understanding of a certain type — the “interethnic Indian” — such texts can lend themselves to some theoretical explorations in anthropology, with the potential to uncover dimensions

that, until recently, had been left unexplored. The complexities of Indian-national relations in South America show that incursions into fields of thought traditionally outside the immediate range of anthropology can be not only timely but perhaps necessary if we are to pursue our quest for a deeper understanding of what it is to be an Indian in this turn of millenium on the South America continent [: 144].

A parte III, capítulos de 5 a 10, é apresentada por Alcida Ramos como substancialmente maior pela importância de se considerar a pluralidade de formas como se utiliza o índio enquanto instrumento retórico das representações de Brasil (ou elemento de um campo semântico da nacionalidade). Os discursos da atração e pacificação, desde sua formulação como marcas distintas sob o SPI dos positivistas ortodoxos até as práticas dos irmãos Villas Bôas, são remetidos às formulações acerca da *cordialidade* do “homem brasileiro” (capítulo 5). *Seduzidos e abandonados*, como concebê-los enquanto parte de uma entidade política mais abrangente? É a matéria do capítulo 6, em que Ramos recupera os debates surgidos quanto à definição jurídica de índio acontecidos em torno da Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Naquele momento, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) utilizou o termo *nações indígenas* como peça forte de sua tomada de posição, arcando com uma pesada campanha de difamação por parte de interesses voltados à exploração mineral, atingindo também ONGs, que procurava mostrar como o uso do termo “nações indígenas” escondia um ataque à soberania nacional. Ramos reconstitui em parte o uso do conceito de nação por alguns estudos antropológicos e aponta algumas características da *natureza do Estado brasileiro* — título de uma seção do capítulo —, contrastando a imaginação de uma unidade nacional e a inserção de povos autóctones no Brasil com a forma como isto é feito em outras entidades políticas (Estados Unidos e Austrália), procurando mostrar o quanto a suposta defesa dos interesses indígenas pode ter um caráter ambíguo, senão nefasto, quando não considerados os aspectos específicos desses povos, e sinalizando para o efeito da constituição social de certos dispositivos (geo)políticos no Brasil (e o exemplo Yanomami recorre aqui como em outros pontos; 192-194).

A seguir, o capítulo 7 enfrenta um tema sempre recorrente quando se trata de índios no Brasil: sua articulação com processos de desenvolvimento tal como definida por parâmetros vigentes nos Estados Unidos e em parte da Europa, o genérica e fluidamente chamado Ocidente. Partindo de uma discussão sobre certas idéias catalizadas pelo Banco Mundial, a autora reconstrói um pouco das décadas de 1970, 1980 e 1990, não apenas para

mostrar as intervenções diferenciadas de agências de Estado na região amazônica — abertura de estradas, investimentos agrícolas privados de grande porte, projetos de desenvolvimento rural integrado, grandes empreendimentos de exploração mineral, Plano de Integração Nacional, Projeto Calha Norte, etc. — e organismos multilaterais com seus efeitos brutais sobre numerosos povos indígenas, mas também nos mostra que “‘development’ does not have to kill” (: 211). Para isso, aborda os casos dos Yanam, subgrupo Yanomami, Waiãpi e Gaviões, destacando os modos como estes lidaram com a exploração de seus recursos, com a articulação com mercados e com a “mitigação” de intervenções em suas terras, acabando por colocar ao leitor o problema dos direitos aos conhecimentos indígenas e ao patrimônio genético como alguns dos últimos desafios a serem enfrentados.

O capítulo 8 traça um panorama das formas de intervenção militar na Amazônia e suas relações com os índios, com menções desde o Tratado de Tordesilhas até o SIVAM, passando pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, de Cândido Rondon. Os destaques aí são para os efeitos da presença militar entre os Tikuna, os Tucano e os Yanomami.

De certa forma, o trecho a seguir resume algumas das perspectivas dos dois capítulos.

Despite the rethoric that exalts indigenous ecological knowledge and wisdom, development assaults on Amazonia have systematically ignored the experience of Indian peoples who have been occupying and exploiting the forest for centuries. Long-standing native practices of agriculture, hunting, and gathering have no doubt transformed the environment, and yet, as can be easily verified, they have not destroyed it. The irony of this is that the very Indian peoples who have proved themselves so competent in their treatment of the forest are so often disparaged as obtuse and backward by those who have proved themselves so wanting in their ability to handle Amazonia [: 242].

Trilhando a legislação recente referente aos povos indígenas no capítulo 9, desde o Estatuto do Índio (lei 6001/73) até as conquistas da Constituição de 1988, Ramos mostra as formas pelas quais o reconhecimento dos direitos indígenas foi, até certo ponto, travado. Dois eventos são abordados para mostrar um aspecto mais tentativo que efetivo — os casos do decreto de emancipação dos índios, em 1977, e o dos “critérios de indianidade”, em 1981 —, enquanto, com o nocivo Decreto nº 1.775/1996 que instituiu o

chamado princípio do contraditório no reconhecimento das terras indígenas, temos um real retrocesso no reconhecimento dos direitos indígenas.

Por fim, Alcida Ramos apresenta no capítulo 10 (um dos já anteriormente publicados) uma instigante e provocativa indagação às ONGs e suas relações com os povos indígenas. Ramos reflete, sobretudo a partir do caso Tukano, sobre qual o limite entre os índios reais em suas possibilidades concretas de existência e formulação de projetos políticos e aqueles simulacros que atendem às agendas das ONGs e — Alcida Ramos não o diz, mas seria correto dizer — da cooperação técnica internacional e dos organismos multilaterais de fomento, condizentes com o ideário da “parceria”, da “participação”, etc. Uma indagação urgente, se considerado o investimento feito em organizações indígenas várias.

Assim, ao longo do livro, administração pública federal, Igreja, ONGs, a universidade (os “antropólogos”), surgem em múltiplas articulações entre si e com os povos indígenas, naquilo que Ramos escolheu enquadrar como “‘contact zones’ (Pratt 1992: 6) covered by the politics of interethnicity where Brazilian Indigenism is engendered” (: 284), reconhecendo que isto significou tratar

the world of Brazilians rather than the world of Indians in the conviction that the differential power characteristic of interethnic contact becomes more evident when seen through the manifestations of the dominant society, be they economic projects, legislation, scientific knowledge, or philanthropy... I wanted to explore the idea that Brazil is inconceivable without its Indians, not as human aggregates in their own right but as creatures of the national imagination and its manipulation [: 284].

Para tanto, Alcida Ramos fez uso de diversos registros textuais, fugindo, de modo criativo e consciente (ver nota 2 acima), de certo tipo de escrita etnográfica, oscilando entre um tom mais próximo do rigoroso e denso de uma análise sociológica mais corriqueira, e o de um registro mais próximo ao da crônica jornalística (inserindo na íntegra inclusive alguns artigos seus publicados em jornais, pp. 101, 182 e 253). Para aqueles que viveram, mais ou menos distanciadamente, as três décadas tratadas com maior intensidade no livro, as fotos nele reproduzidas — que talvez pudessem ser analiticamente mais exploradas no corpo das análises empreendidas — são um estí-

mulo visual a repensar e discutir com a autora, e consigo mesmo(a)s, os próprios itinerários de cada participante/leitor(a).

Indigenism coroa algumas décadas de trabalho, empreendendo múltiplos esforços de tradução: do português para o inglês⁶, do senso comum intelectual do etnólogo, nem sempre preparado para alcançar e transcender, teórica e analiticamente, o limite de sua aldeia; do universo simbólico brasileiro às *contact zones*, inter-imaginações nacionais que possibilitam ao leitor estrangeiro uma leitura escorreita do livro, com os inevitáveis reducionismos dessa tarefa; da dimensão de experiência vivida à de experiência elaborada e comunicável textualmente. Esforço de auto-reflexão e distanciamento, *Indigenism* cumpre a importante função de não deixar a esforços questionáveis a tarefa de iniciar o estrangeiro na teia complexa de significados que envolvem a relação entre concepções da entidade política Brasil (Estado pós-colonial que é), de seu “povo”, e as populações que reclamam uma autoctonia prévia à conquista européia⁷. Ainda mais: mostra o quanto certo tipo de representação da pesquisa etnológica, que se pretende “universalista”, responde a projetos recentes e de grupos muito circunscritos na Antropologia que concretamente se faz no Brasil, nada havendo de incompatível, por princípio, com um outro estilo de abordar os povos indígenas que Ramos chamou de “Brazilian style”.

Se, para o leitor estrangeiro, não faz sentido a observação, para alguém que conheça a configuração do mundo social da Antropologia no Brasil é importante enfatizar a positividade e a marca do caráter auto-referenciado do texto — característica dos esforços de comunicação concebidos a partir de uma experiência (cf. nota de rodapé nº 1) —, sinal de uma de suas propriedades de posição: ter sido escrito por Ramos é ter sido produzido desde a UnB, com seu convívio próximo, e muitas vezes desconfortável, com o centro da representação de poder governamental no país, pólo para onde fluíram as inúmeras viagens de “líderes indígenas”⁸. Os trinta anos narra-

6. Nas páginas 9-10, Ramos fala-nos dessa dimensão de seu trabalho na feitura do livro.

7. Para uma crítica exemplar de um livro, muito questionável, que exerce este poder de “traduzir” o Brasil, ver Sigaud 1995.

8. Para algumas importantes considerações sobre a importância da viagem como metáfora e experiência, ver Oliveira 1999: 27-36. Para uma reflexão de alguém posicionado da UnB e intensamente envolvido com o indigenismo, ver Laraia 2001.

dos por Ramos foram cotidianamente experimentados de uma maneira muito distinta daquela que seria a de outros antropólogos brasileiros.

Seria importante indagar, ainda, o quanto outras opções, que singularizam a trajetória social de Alcida Ramos em uma experiência pessoal, marcaram as seleções de fatos que compõem um fio narrativo transversal ao livro, articulando-o, pela forma da múltipla disposição dos mesmos fatos e pela seleção temática adotada⁹. Refiro-me à importância da emergência de um “movimento indígena” e à participação dos índios na seara indigenista. As intensas transformações ocorridas no Acre e sua especificidade inspiradora, assim como a presença dos “índios do Nordeste” — e a continuidade da ANAI-Ba —, poderiam ser pontos de partida para esta indagação. Mas isto levaria para longe dos marcos adotados na análise de Ramos, sem muitos proveitos para perceber sua virtude e vigor principal: a de traduzir e interpretar um certo Brasil, aquele que não se explica ou representa fora dos marcos da conquista européia sobre as terras e povos indígenas americanos.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNER, Edward M. 1986a. “Experience and its expressions”. In *The Anthropology of Experience* (Victor W. Turner e Edward M. Bruner, orgs.). Urbana, Illinois: University of Illinois Press. pp. 3-30.
- _____. 1986b. “Ethnography as narrative”. In *The Anthropology of Experience* (Victor W. Turner e Edward M. Bruner, orgs.). Urbana, Illinois: University of Illinois Press. pp. 139-155.
- CARRIER, James G. 1995. *Occidentalism: Images of the West*. Oxford: Clarendon Press.
- LARAIA, Roque de Barros. 2001. “Entre a antropologia e o indigenismo: reflexões sobre uma trajetória”. *Campus* 1: 147-165.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1999. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In *A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (João Pacheco de Oliveira, org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. pp. 11-39.
- RAMOS, Alcida Rita. 1990. Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology* 5(4): 452-472.
- SAID, Edward W. 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

9. Tenho em mente aqui, impressionisticamente, a idéia de narrativa empregada em Bruner 1986b.

TRADUZINDO O INDIGENISMO DO BRASIL

- SIGAUD, Lygia M. 1995. 'Fome' e comportamentos sociais: problemas de explicação em Antropologia. *Mana* 1(1): 167-175.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2000. L'indigénisme au Brésil. Migration et réappropriations d'un savoir administratif. *Révue de Synthèse* 4(3-4): 381-410.